



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0011931-77.2021.6.05.8000
INTERESSADO : ANDRÉ ANTON HADAD
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Impugnação de edital. Pregão nº 01/2022.

PARECER nº 34 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Os autos foram encaminhados a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas, para manifestação a respeito de Impugnação ao edital do Pregão nº 01/2022 (doc. nº 1821581), apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A.

2. Aduz a empresa, em síntese, que há ilegalidade nas regras editalícias, especificamente quanto ao agrupamento de itens em lote único, vez que, em seu entendimento, prejudicará a competitividade do certame e, como conseqüência, impedirá a obtenção de preços mais vantajosos, pela Administração.

2.1. Nesse desiderato, afirma da existência de itens completamente distintos no objeto da licitação, nos seguintes termos:

" (...) temos a junção de serviços voltados a Autoridades Certificadoras – AC, das quais encontram-se regulamentadas pela Infra- Estrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação, nos itens 5.3.38., 8.4.34., 8.4.35., 9.3.25; enquanto os demais itens são voltados para prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, isto é, demandam contratação de objetos distintos, o que acarretará no encarecimento por consequência, da demanda."

2.2. Segue, apresentando decisões do Tribunal de Contas da União, bem como posicionamentos doutrinários, destacando-se, em seus argumentos, a Súmula 247 da Corte de Contas, que trata da questão.

2.3. Pede, ao longo da impugnação, a separação dos itens, e, ao final, sugere "*a nulidade do procedimento licitatório em epígrafe por fortes indícios de ilegalidade aos seus termos*".

3. Em análise à Impugnação, por provocação do Pregoeiro, a área técnica afirmou (doc. nº 1821593) da improcedência das alegações, ocasião em que destacou os itens que, na visão da empresa, deveriam ser objeto de licitação distinta. Pela objetividade da análise feita pela área demandante, achamos por bem a transcrição:

"A impugnação é completamente descabida. Não existem, no TR, serviços voltados a Autoridades Certificadoras – AC, as quais encontram-se regulamentadas pela InfraEstrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação, nos itens 5.3.38., 8.4.34., 8.4.35., 9.3.25, nem em qualquer outro local do TR.

- o item 5.3.38. do anexo A é uma das atribuições dos profissionais da equipe especializada III - Serviços Microsoft

5.3.38. *do anexo A Instalar, configurar e manter a Autoridade Certificadora Local (AC) integrada ao Active Directory, gerar certificados e realizar assinaturas*

- os itens 8.4.34 e 8.4.35 do anexo A são duas das atribuições dos profissionais Equipe Especializada VI – Apoio a Processos de Segurança da Informação

8.4.34. *Auxiliar na manutenção e administração da infraestrutura de Certificação Digital do CONTRATANTE, inclusive com a criação e revogação de certificados digitais.*

8.4.35. *Apoiar na manutenção e administração dos sistemas que envolvem criptografia e assinaturas digitais.*

- o item 9.3.25 é uma das atribuições dos profissionais da Equipe Especializada VII – Sistemas Operacionais e Orquestração de Servidores.

9.3.25. *Instalar e administrar Certificados Digitais de servidores e de aplicações."*

3.1. De modo derradeiro, a unidade afirmou: *"Não existe qualquer cerceamento competitivo. O mercado de serviços de TIC é amplo, competitivo e capaz de atender ao objeto a ser licitado".*

4. Com lastro na manifestação da área técnica, o Pregoeiro se manifestou pela improcedência da Impugnação (doc. nº 1821741).

É o breve Relatório.

5. De fato, a regra é que a licitação ocorra por itens, quando o objeto for divisível, admitindo-se, porém, que ela ocorra de forma global, desde que se apresentem as devidas justificativas. Esta é a correta leitura do entendimento do TCU, consubstanciado na Súmula 247, citada pela Impugnante, e que reza:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

5.1. Ou seja, ainda que serviços ou compras sejam divisíveis, poderá a Administração decidir-se pela adjudicação global ou por lote, desde que a divisão se revele prejudicial ao conjunto, ou ainda, se revele mais onerosa. Nestes casos, cumpre apenas que se demonstrem tais circunstâncias.

6. A Impugnante supõe haver item autônomo, pertinente ao mercado que atua no ramo da *certificação digital*, na forma transcrita acima (tópico 2.1) e que, obrigatoriamente, levaria à adjudicação por itens..

6.1. O objeto do Pregão nº 01/2022 compreende a *"prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia"*.

6.3. Em análise ao Termo de Referência e demais anexos do ato convocatório, o que se vê é uma detalhada descrição das tarefas que farão parte do escopo do suporte técnico a ser contratado, exigindo-se, para tanto, que a licitante possua equipe qualificada, de modo a atender todas as demandas.

6.4. Como bem elucidado pela unidade demandante, no bojo do suporte a ser contratado existem atividades que guardam relação com o item *certificação digital*, mas este fato, por si só, não transforma o serviço em um item autônomo, sujeito a obrigatoria separação, para licitar-se à parte.

6.5. Julgamos que as atividades descritas no Termo de Referência e reproduzidas acima, efetivamente fazem parte de um conjunto maior de *serviços de suporte técnico*, sem que isso implique em

cerceamento de competitividade, não sendo obrigatório, ou até mesmo razoável, a divisão em itens, neste particular.

6.6. Além disso, a justificativa inserta nos Estudos Técnicos Preliminares (processo SEI nº 0011142-78.2021.6.05.8000), foi devidamente aceita e aprovada pela autoridade competente, e encerra a discussão:

"3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto

O parcelamento do objeto não enseja nenhum ganho de competitividade ou benefício financeiro ao TRE-BA, podendo, inclusive, ensejar prejuízo à prestação dos serviços em caso de ocorrência de problema em algum dos possíveis lotes, seja durante o certame, durante a contratação ou durante a execução do contrato. Para o total sucesso da execução do contrato, todos os itens devem ser entregues/executados como pertencentes a uma única Solução de Tecnologia da Informação, posto que estão interconectados e guardam relação de interdependência, podendo a descontinuidade ou prejuízo de um inviabilizar os demais lotes. Assim, para contratação, não haverá o parcelamento do objeto."

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A., mantendo-se, por consequência, as condições do edital do Pregão nº 01/2022 tal qual foi expedido, inclusive quanto à adjudicação de forma global.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 20/01/2022, às 08:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1821891** e o código CRC **82655A47**.